

tituição, maquininhas. Essa foto me parece que foi retirada de um jornal, que fotografou lá justamente no momento que as pessoas estavam saindo. Essa fotografia estampa as dimensões da rua. Para quem não conhece, a parte da frente tem um bar servindo comida e bebida alcoólica sem o menor controle se vende para menor ou maior, com um depósito de bebidas a céu aberto. Uma rua pequena de um lado e de outro, e acima a fiação exposta, alta com baixa tensão. Não são fotos técnicas, foram tiradas pela assessoria dos nossos gabinetes e da comissão, algumas tiradas por mim, mas é evidente que teremos o acervo fotográfico pertinente por conta do relatório final, assim como os laudos técnicos do Corpo de Bombeiros.

Chamo a atenção para o fato de que esse caso, embora não levado à mídia por nós, porque inclusive evitamos qualquer exposição nesse sentido, demos conta do que estávamos fazendo. Existe um clamor social, são pessoas que vivem naquele local, trabalham ali, e chamo a atenção para a ação do Corpo de Bombeiros, que tem poder de polícia para interditar ou não, liberar ou não qualquer tipo de estabelecimento, mas verificamos a ausência de "habite-se", de alvará, de qualquer documento, seja do município ou do estado, que autorize qualquer atividade, ainda que seja moradia, independentemente do que seja realizado ali. É impedido porque não há documentação. Além disso, verificamos, diante de tudo que foi apresentado, e é objeto desta comissão a exposição e o perigo de incêndio, a falta de qualquer atendimento à legislação de fogo e pânico, e uma situação degradante, desumana. Nada contra a atividade, nada contra o espaço que é notadamente conhecido no Rio de Janeiro e merece nossa atenção e nossa intervenção. Aliás, o motivo de estarmos aqui hoje é tentar abreviar os espaços, corrigir esses absurdos da melhor forma possível; tentar estabelecer um prazo, algum tipo de acordo que seja firmado, para que possamos garantir as mínimas condições para aqueles que vão lá como cliente e para quem lá trabalha.

O Ministério Público do Trabalho sempre nos acompanha aqui nas audiências, e fico feliz em ver uma magistrada federal aqui, porque também não nos cabe entrar no aspecto das relações de trabalho, mas me parece que todas as NRs e normativas que devem envolver o tipo de trabalho, porque tem ali hospedaria, embora não tenha alvará, hospedarias mesmo que temporária, são descumpridas nesse ambiente. Assim, faço um apelo de que seja deflagrada por nós, por autoridades do Poder Judiciário, por autoridades do Poder Executivo Estadual e demais membros da sociedade civil, uma força-tarefa para devolver o mínimo de dignidade àquele local, que é incontestável que não há. Não há nenhum caráter político nesse gesto. Muito pelo contrário, há uma exposição. Fomos alvo de críticas, de ataques em redes, que nada acrescentam ao nosso eleitorado. Não estamos fazendo isso para ganhar votos, e sim corremos riscos de perder, de criar antipatia. Estamos apenas cumprindo a missão a que esta CPI se propôs. Sei que aqui não há tolos e que há uma militância político-partidária neste ambiente. Não nos envolvemos com isso em momento algum. Estranho, inclusive, deputado Jorge Felipe Neto, que nenhum dos parlamentares ligados a esses grupos esteja aqui presente. Não são tão defensores dos direitos humanos? Não encham a boca para vociferar no plenário da Assembleia Legislativa quando algum direito essencial ao ser humano é ofendido? Diante dessas fotos não vejo outra hipótese a não ser uma gravíssima ofensa aos direitos humanos. E também me causa estranheza a OAB, da qual me orgulho de ser advogado e de ter pertencido a inúmeras comissões naquela casa, promover em seu site oficial algo relacionado à comissão de v. exa., doutora, dizendo que fizemos abordagens agressivas, que deixamos homens revistarem mulheres, e que nós assediávamos - tinha isso também nesse texto esdrúxulo que a OAB teve o deslante, o despautério de pôr no ar. Doutora, ela diz que nós mantivemos uma pessoa em cárcere privado. Me diga, qual o sentido de cometer crime por qualquer parlamentar, pelo Corpo de Bombeiros, pela Polícia Militar, por secretarias de estado, mantendo alguém em cárcere privado? Isso é um absurdo, uma ofensa! Faço questão que isso conste no relatório final: que a OAB, não só com a sanidade do presidente, assim que soube desse absurdo, determinou que fosse imediatamente retirado do ar, mas inúmeras pessoas viram, "printaram" e nos encaminharam. Temos advogados nesta comissão, tanto eu quanto o deputado Jorge Felipe Neto, militantes, que têm um desagravo por parte da OAB pelas acusações. Quem cometeu crime foi a OAB, por nos acusar de cárcere privado. Crime quem cometeu foi a OAB, de nos acusar de assédio. Crime quem cometeu foi a OAB, de não acusar abuso de autoridade, quando nós não fizemos absolutamente nada que contrarie qualquer normativa, qualquer legislação. Tão somente fomos ao local. Não revistamos individualmente ninguém. Todo o material entorpecente foi encontrado conforme o vídeo feito pela TV Alerj, que nos acompanhou durante toda a diligência. Encontramos esse fato material na janela, no telhado, como visto na fotografia, em cima de um desses cubículos. Meu apelo é que façamos uma força-tarefa para devolver o mínimo de dignidade a esse espaço, e não só no que se refere ao ambiente. Há relatos de que havia, desembargador, uma escola técnica ali dentro que levava o mínimo de dignidade.

Tenho sido um crítico, assim como todo cidadão do Rio de Janeiro, à omissão por parte da prefeitura, o que tem levado o governo estadual a tomar algumas ações que seriam originalmente de competência da prefeitura. Percebemos que o logradouro está abandonado, que não há saneamento, asfalto e o mínimo de serviço público naquele ambiente. Que esta comissão e esta oportunidade sirvam não para um acirramento ideológico, não para que nos coloquemos uns contra os outros, mas para que, de mãos dadas, possamos - Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário - compor uma força-tarefa, sr. presidente, no sentido de estabelecer ali o mínimo de ordem e dignidade para que o espaço possa atender as famílias que vivem ali, o fruto do trabalho que sai daquele local, um local importante no coração do Rio de Janeiro. Só não aconteceu uma tragédia muito maior do que muitos incêndios que estamos apurando, por obra do Divino, da sorte, de Deus. Está mostrado que o ambiente não é possível a uma habitação, que possa ter vida humana ali.

Sr. presidente, foi importante fazer essa análise do trabalho da comissão. Quero deixar claro, mais uma vez, que não teve de fato nenhum incêndio, nenhuma catástrofe ali. Por Deus, fomos até o local; por Deus, houve ação do Corpo de Bombeiros, assim como em outros locais, onde verificamos as condições, mas nesse lugar as condições efetivamente não o são.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Contribuindo com o que disse o deputado Rodrigo Amorim, na segunda vistoria havia muitas pessoas ali. A Polícia Militar foi fazendo um cordão e liberando gradativamente, porque havia mochilas no chão e tudo o mais; a gente não sabia o que era o quê, o que era de quem. Estava muito confuso. Inclusive, nesse princípio de confusão e até correria... Uma casa, eu acho que os donos ou não sei quem saíram, trancaram e deixaram uma menina dentro da casa. Ela começou a gritar, bater na porta e tudo o mais. Não sei se foi esse o fato gerador do cárcere privado ou qualquer coisa do tipo...

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr presidente, pela ordem. V. exa. cita, e há. Eu fiz questão de postar nas redes sociais e divulgar esse vídeo.

Eu recebi diversas, dos setores de inteligência, e recebi objetivamente, diretamente, algumas ameaças contra a minha vida dizendo que, se continuássemos o trabalho ali, que eu ia pagar o preço, coisas desse nível. Por fim, recebi um vídeo, que nitidamente foi filmado ali no entorno do espaço, em que aparece o meu carro passando e foi seguido, obviamente apócrifo, mas dizendo: Olha, a gente sabe por onde você está indo etc., num tom de ameaça. Quero dizer que não me sinto nem um pouco ameaçado, tanto é que divulguei. Agora, é importante que a gente registre também isso, que essas ameaças tenham acontecido. Tenho certeza de que não foram só comigo, mas que foram direcionadas, inclusive algumas recebi a todos os membros da comissão. Mas foi importante o seu registro, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, só para ousar, ousar reparar uma fala do deputado Rodrigo Amorim no sentido de que não houve incêndio no local. Houve dia 28 de janeiro de 2019. Foi veiculado pelo *RJTV*, dentre outros, como a breve pesquisa no Google aqui me garantiu, mas esse específico garante nosso amparo nesse mandato, unidade de mandato, unidade de legislação. Então, só para deixar claro que esse risco iminente já vem de algum tempo, e até a presente manifestação da comissão, não tinha sido atentado pelos proprietários ou responsáveis da localidade.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Bom, a gente vai passar, Só lembrando que todos os que tiverem direito à fala, sempre se dirijam à presidência da comissão, nunca entre si, e aí a presidência, caso seja uma pergunta, defere ou não para outra instância.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr presidente, quero trazer à colação, para deliberação de v. exa. na condução dos trabalhos, assim como fizemos em outra oportunidade. Houve relatos de que alguém teria pedido algum tipo de vantagem para liberar o espaço, para, enfim... Quero deixar claro o seguinte: o espaço continua oficialmente interditado pelo Corpo de Bombeiros. É importante, aproveitando a força desta CPI e na qualidade de testemunha, aqueles que aqui estão e que representam o local, que possam objetivamente responder a esta comissão se houve, se receberam, por parte de algum de nós, membros da comissão ou qualquer outro deputado desta Casa, ou qualquer pessoa que seja, algum tipo de exigência, de vantagem para qualquer ação em prol de qualquer gesto, por conta das ações desta comissão. É importante deixar isso claro...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Ou por qualquer agente público.

O SR. RODRIGO AMORIM - Qualquer agente público. Porque há uma indústria de assassinato de reputações. Eu não estou falando só pelo Parlamento, que vem sendo, ao longo do tempo, tão severamente alvo e por obra de si próprio, mas também porque todas as nossas ações são ao lado do Corpo de Bombeiros. Então, para a preservação da imagem não só nossa, mas sobretudo a do Corpo de Bombeiros, é importante que, nos termos do Código Penal, no âmbito desta CPI também, v. exa., no andamento da oitiva, faça esse tipo de questionamento, sr presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, deputado. Eu vou passar rapidamente essa pergunta para os representantes da Amocavim, que é a sra. Santília Matos e a sra. Cleide. Vou pedir só para não se alongar, só para a gente poder acabar com qualquer questão com relação a isso, porque nós tivemos informação, e essas informações podem ser verificadas ou não, então, é importante que os senhores, como representantes, esclareçam isso, se houve, de parte de algum parlamentar desta comissão ou qualquer outro parlamentar, diretamente ou indiretamente, pedido de propina para que a Vila Mimosa voltasse a funcionar. Por favor.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Só para fazer uma pontuação aqui. Quem é o responsável pelo imóvel, se está aqui presente, e quem seria o responsável pela associação porque, ao que me consta, as pessoas pagam à associação o aluguel, mesmo a associação não sendo a proprietária do espaço.

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Boa-tarde. Sou assistente social e, agora em janeiro, em transição com a associação, a gente fez uma reunião e deliberamos uma nova presidência, porque a presidente antiga faleceu no ano retrasado e a associação estava sem direção. Foi agora no dia 15 de janeiro que nós tomamos posse. Na verdade, os documentos ainda estão em transição.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - A senhora é a presidente?
A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Não, eu sou tesoureira.
O SR. JORGE FELIPPE NETO - E a senhora está falando pela associação?

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Estou falando pela associação. Respondendo ao deputado Alexandre, de maneira alguma. A gente não tem conhecimento sobre essa questão de oferecer propina aos deputados que tenham solicitado algum tipo de vantagem em cima disso. Nós não temos conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Nenhuma instituição? Corpo de Bombeiros?

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Não, não, não. Não temos conhecimento desse fato. E peço desculpas se isso aconteceu, chegou ao ouvido dos senhores. Mas, assim, a gente, nós aqui, a gente não está aqui para incriminar as pessoas que estão sendo, como é que se diz?, apedrejadas a respeito disso. Nós não recebemos nenhum tipo de comentário desses, não ouvimos nada. E, assim, é surpresa para a gente ouvir isso da boca de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu agradeço a resposta da senhora, porque é óbvio que é uma situação constrangedora fechar o local. Sei que pessoas precisam trabalhar ali. Como eu disse para a senhora na última vez em que lá estive, a gente tem total interesse em ajudar. A gente, por exemplo, chamou aqui a Secretária Municipal de Ordem Pública, que não está presente, a Secretária de Assistência Social, que não está presente, e está vindo um representante da Faetec, exatamente para a gente poder debater sobre a questão de ter uma Faetec ali. Nós também conversamos com o governador do estado Wilson Witzel com relação ao local e ele se comprometeu a fazer uma força-tarefa para tentar restabelecer ali um pouco de estruturas mínimas. No que tange ao estado, a gente tem uma questão ali junto à prefeitura - a prefeitura que é competente em fazer algumas situações e a gente acaba ficando um pouco de braços atados.

Mas, eu gostaria até de deixar claro isso - e a gente sempre faz nesta CPI - que qualquer tipo de pedido de propina ou qualquer coisa, extorsão, que seja encaminhado a esta Casa.

A gente tem também aqui, o deputado Jorge Felipe Neto também é corregedor da Assembleia Legislativa, e que, mais do que isso, não deixe de estar nas audiências e coloque a situação, porque isso é muito grave e a gente está aqui só para exercer o nosso trabalho.

A gente sabe a demanda que vocês têm. A gente está querendo ajudar, mas a gente não pode ultrapassar os nossos deveres estabelecidos em leis.

Dando continuidade, eu vou passar a palavra para o Corpo de Bombeiros.

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Só para responder à pergunta do sr. Jorge Felipe sobre a associação, sobre a propriedade. A propriedade foi comprada em 96. Tivemos que colocar em nome de três pessoas porque não dava para botar trinta e cinco pessoas na escritura, mas a associação não aluga as casas. As casas são de seus proprietários, elas têm documento; cada um tem o seu box.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, dona Cleide, eu não vou entrar no assunto, até porque é um tanto quanto irrelevante para o escopo desta comissão, muito mais para o objetivo desta reunião, mas eu ouso discordar porque a gente tem gravado, como todas as ações, e absolutamente em uníssono, a unanimidade dos comerciantes disse que pagavam aluguel à associação e, enfim, vocês têm que ver isso aí.

A SRA. CLEIDE ALMEIDA - Sim.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Agora, isso tem fé pública, isso tem polícia, isso está lavrado em auto.

A SRA. HEREDIA ALVES - Pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

A SRA. HEREDIA ALVES - Eu gostaria de cumprimentar a mesa, na presença do deputado Alexandre. Obrigada pelo convite.

A Associação da Vila Mimosa, o documento está no nome da Cleide, da dona Santília e cada um dos boxes tem um contrato de comodato, comodato não, de concessão, foi concedido o espaço. Como ali funciona, como o deputado mesmo demonstrou, de uma forma um pouco desorganizada, algumas questões, eles não têm ainda registrado um condomínio, mas o valor que é cobrado lá é condomínio não oficial, para que tenha um mínimo de manutenção, questões como lixo, questões como a limpeza e algumas outras questões internas. Aluguel não é cobrado.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Doutora, a gente viu que a manutenção estava sendo muito bem feita, mas a grande questão aqui é a seguinte...

A SRA. HEREDIA ALVES - Não, só para deixar claro que não é aluguel.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não existe concessão: é aluguel.

A SRA. HEREDIA ALVES - Não, é concessão. Eles têm um documento, aí, se não é legal, depois a gente pode pedir a ajuda de vocês inclusive para ajudar a regularizar...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Órgão público...

A SRA. HEREDIA ALVES - Está tudo documentado aqui com o dr. Siro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Para garantir a palavra, por favor. Sem problema.

A SRA. HEREDIA ALVES - Eu acredito que, para interdição, o tipo de negociação que eles fizeram entre si não é o mais importante aqui no momento, tendo em vista que tem várias mulheres com fome e seus filhos também.

O SR. RODRIGO AMORIM - Pela ordem, sr. presidente. A falta de alvará e documentação para a exploração da atividade econômica é motivo de interdição para a gente.

A SRA. HEREDIA ALVES - Claro, deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Senão, a cidade do Rio de Janeiro vira uma bagunça...

A SRA. HEREDIA ALVES - Com certeza, deputado...

O SR. RODRIGO AMORIM - Imagina se todo empreendedor quiser fazer, explorar sua atividade sem nenhum documento.

A SRA. HEREDIA ALVES - Mas, eu gostaria de agradecer... É que eu estava falando e ele cortou.

O SR. RODRIGO AMORIM - É só para deixar claro que é absolutamente fundamental. E o objeto desta comissão, sim, é entender o tipo de relação com o dono do espaço e sobretudo com o alvará, até porque a inexistência de alvará impede, por consequência, a liberação pelo Corpo de Bombeiros. Então, se a gente não deslindar essa questão neste momento, cai por terra toda tentativa de formalizarmos o local, porque esse é o documento que dá início, dá *start*, dá o primeiro passo para qualquer legalização junto ao Corpo de Bombeiros; é estabelecer a entrega de alvará, de "habite-se", por aí vai. Então, é fundamental que a gente conheça como se dá essa relação. Fundamental.

A SRA. HEREDIA ALVES - Claro, mas os representantes da associação ainda estão aqui e eles podem dizer que não pagam aluguel. E, assim, o deputado Rodrigo Amorim e o deputado Alexandre Knoploch se propuseram a nos ajudar. Nós queremos de antemão já agradecer, inclusive seja na questão de emissão de alvará e regularizar os espaços individualmente, até porque o projeto que foi apresentado junto ao Corpo de Bombeiros vai solicitar a regulamentação de cada um dos espaços. Então, assim, se nós, neste momento, não estamos com os alvarás em dia, e eles têm algumas dificuldades, que a Casa se coloque de alguma forma disposta a ajudar, se for o caso, né?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, doutora. Deputado Jorge Felipe.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Os senhores conhecem a dona Sandra?

A SRA. HEREDIA ALVES - É ela.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Dona Sandra, uma das comerciantes colocou a senhora como responsável pelo recolhimento de aluguel. Isso tem documentado em WhatsApp. Assim, eu acho que sua manifestação, doutora, não caberia nesse alvoroço. O que a gente está querendo é resolver. Vocês podem chamar do que quiserem, mas a natureza jurídica é locação. A grande questão aqui é a seguinte: a ausência de responsável, até muito recentemente, as fizeram perder tempo. É isso. Eu acho que o imbróglio se começa a formar quando não há objetivamente alguém para ao órgão público se reportar. Ele não pode tratar com dez, quinze, vinte pessoas, cada um num momento diferente. Então, é pertinente, para o desenlace da questão. Agora, a gente tem responsável, questão de propriedade está bem definida e a gente pode avançar. Agora, assim, absolutamente tudo o que a gente está falando aqui tem embasamento, seja documental, seja vídeo, seja... E vai constar do relatório. Esse relatório vai ser público, pode ser publicamente contestado a qualquer momento, qualquer um pode dizer e se contradizer o quanto quiser, ninguém está aqui numa sessão, enfim, sob vara, mas, o que a gente está falando tem todo fundamento do mundo, a gente quer ajudar a resolver a questão. Quanto mais a questão for levada ao conflito, diminui o ímpeto deste Parlamento de colaborar. Então, eu só queria fazer esse posicionamento, que pelo menos é pessoal, presidente.

O SR. - Presidente, a gente só gostaria que voltasse ao foco da prevenção porque essas questões, voltar ao foco do fato determinado porque essas questões que estão em volta podem ser sanadas num outro momento e numa outra esfera, inclusive até com a ajuda do gabinete de v. exas., que aí foge até ao escopo da CPI, mas o gabinete de v. exas. pode muito bem estar aí se colocando à disposição para ajudar essa população.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, doutor.

Vamos passar a palavra ao sr. Ivanir, pois não, depois a gente volta à forma.

O SR. IVANIR DOS SANTOS - Bom, gente, primeiro explicar minha presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado pela presença do senhor.

O SR. IVANIR DOS SANTOS - Eu tinha que vir, tenho um compromisso com essa causa, os senhores sabem algumas delas. Eu estava na Nigéria, na África, quando a Cleide me mandou uma... Um... Sobre o bloco, comecei com o bloco. E disse para ela, não podia estar e tal, eu falei: não, faço questão e tal. Depois, o dr. Siro mandou para mim a questão da audiência e, claro, eu tinha que estar na audiência e vou explicar para vocês por que, até para ter outro olhar sobre esse tema.

O debate não é formal, como está se tentando ter, que eu acho que é normal. Quer dizer, estamos num país onde quarenta por cento da atividade econômica hoje do trabalho é informal. A gente está falando de uma prática que, além de ser informal, é ilegal pela lei. Olha só a confusão em que a gente se meteria aí. Eu não vim aqui... Eu vim justamente para o diálogo. O Amorim me conhece muito bem, mais do que para o confronto, uma coisa que eu acho que não ajuda num momento como este. Mas, eu queria que vocês primeiro entendessem, para entender o outro lado, a humanização desse pessoal. Eu defendi a minha tese de doutorado há um ano e meio, chamada "Marchar não é Caminhar". Essa tese eu dedico a uma prostituta da Praça XI. "Marchar não é Caminhar", pode ler que você vai ver que tem um prólogo. É uma prostituta da Praça XI. Todo mundo se pergunta: Por que uma prostituta? Porque a prostituição era na Praça XI, na zona do mangue. Uma mulher, que saiu da cidade de Campos, vem ser empregada doméstica no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro ela conheceu um baiano mecânico, foi morar na favela do Esqueleto - onde é a Uerj - teve um filho com ele. Ele largou o filho dela, largou ela, ela foi então para Comandante Mauriti, ali ao lado do Sambódromo, tem uma rua ali chamada Comandante Mauriti. Ela era chamada de Sônia da Mauriti.

Contam as pessoas que, quando o filho dela tinha cinco anos de idade, ela arrumava, trazia ali na comunidade, tinha uma amiga dela baiana, ela dizia: Da Bahia, esse é o meu bebê. Vinha cantando e tal. Ela então dizia para a mulher, para essa amiga: Ele vai ser doutor. Com oito anos de idade, essa criança é raptada da mão da mãe, é colocada no Santos - os mais antigos aqui sabem o que era o Santos. Posteriormente, virou Funabem. Ele nunca mais viu a mãe. Depois, com quatorze anos, ele vai para a Escola Quinze, onde é o SEI lá em Quintino, que vocês estão falando aqui. Ele vem, não tinha pai nem mãe, ele vai ao Maracanã e um dia então ele vai e volta à Praça XI para encontrar a mãe, porque um amigo dele dizia que ele ia encontrar a mãe. Ele, então, descobre que ela morreu. A versão oficial é que ela tinha se suicidado, tinha jogado álcool no corpo e tacado fogo. Mais tarde, na fase adulta, engraçado, quando ele era subsecretário de estado de direitos humanos desse estado, ele des-